

EXMA SRA. DESEMBARGADORA VANIA DA CUNHA MATTOS, PRESIDENTE DESTE TRIBUNAL, NA PESSOA DE QUEM SAÚDO TODAS AS AUTORIDADES AQUI PRESENTES.

MEUS COLEGAS, MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SERVIDORES, ADVOGADOS, AMIGOS, FAMILIARES, SENHORAS E SENHORES

AGRADECIMENTO ANA.....

COMO JÁ REFERI DIVERSAS VEZES, FOI UMA ALEGRIA E UMA HONRA TER TIDO O PRIVILÉGIO DE PRESIDIR ESTE TRIBUNAL E CONTRIBUIR, DE ALGUMA FORMA, PARA O APERFEIÇOAMENTO DESSA INSTITUIÇÃO.

ADMINISTRAR É PLANTAR SEMENTES, É FOMENTAR UM AMBIENTE DEMOCRÁTICO, PLURAL E PARTICIPATIVO; É CONSTRUIR, COLETIVAMENTE, UM PROJETO QUE, MOTIVANDO A TODOS, SEJA CAPAZ DE CAMINHAR EM DIREÇÃO AO NOSSO IDEAL DE INSTITUIÇÃO.

QUE ESSA IMAGEM, ENTÃO, QUE HOJE SE EXPRESSA NO RETRATO NA PAREDE, SEJA COMPARTILHADA COM TODOS AQUELES QUE ESTIVERAM COMIGO NESSA TRAJETÓRIA PELA ADMINISTRAÇÃO DO TRT4, TANTO NA CORREGEDORIA, COMO NA PRESIDÊNCIA.

EM VERDADE, O RETRATO DE HOJE REFLETE MAIS DO QUE APENAS ESTES QUATRO ANOS DURANTE OS QUAIS INTEGRI A ADMINISTRAÇÃO. SUA APOSIÇÃO COINCIDE, SIMBOLICAMENTE, COM A PASSAGEM DOS MEUS TRINTA ANOS DE MAGISTRATURA DO TRABALHO E É MEREcido COMPARTILHAR ESTE MOMENTO, ENTÃO, COM TODOS OS QUE ME ACOMPANHARAM - E ME ACOMPANHAM - NESSA JÁ LONGA TRAJETÓRIA.

O SIMBOLISMO DESSE TEMPO, QUE SE INICIA EM ABRIL DE 1989, SEIS MESES APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E QUE CHEGA A ESTE MOMENTO MARCANTE DA ATUALIDADE, EXIGE UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA MAGISTRATURA, ESPECIALMENTE A TRABALHISTA, NESSE MOMENTO HISTÓRICO.

SE TRATA DE AFIRMAR A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO, QUE TODOS NÓS MAGISTRADAS E MAGISTRADOS, JURAMOS DEFENDER, E QUE TEM COMO FUNDAMENTO MAIOR A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E TRAÇA, COMO OBJETIVOS DA REPÚBLICA, A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA E SOLIDÁRIA, A ERRADICAÇÃO DA POBREZA, A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E A PROMOÇÃO DO BEM DE TODOS, SEM PRECONCEITOS DE QUALQUER ORDEM.

SE TRATA, TAMBÉM, DE AFIRMAR A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO COMO ÚNICA JUSTIÇA CAPAZ DE SOLUCIONAR OS CONFLITOS ENTRE O CAPITAL E TRABALHO, PRODUZINDO PAZ E JUSTIÇA SOCIAL E

GARANTINDO O EXERCÍCIO PLENO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS, ENTRE ELES O DIREITO AO TRABALHO DIGNO E DECENTE.

PARECE UM ATO REVOLUCIONÁRIO, MAS É SIMPLEMENTE A DEFESA DOS PRINCÍPIOS QUE FORAM ELEITOS COMO FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA PELA REPRESENTAÇÃO MÁXIMA E SOBERANA DO POVO BRASILEIRO, TRADUZIDA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1988, QUE INSTALOU A ORDEM DEMOCRÁTICA, APÓS UMA NOITE QUE DUROU 21 ANOS E MARCOU A NAÇÃO BRASILEIRA, PELA NEGAÇÃO DOS DIREITOS E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, PELO ARBITRIO, PELA VIOLÊNCIA, PELA TORTURA E PELA MORTE DE INÚMEROS BRASILEIROS E BRASILEIRAS.

HÁ POUCO MAIS DE UM MÊS COMEMORAMOS OS 31 ANOS DA CONSTITUIÇÃO, RELEMBRANDO O DISCURSO DE ULYSSES GUIMARÃES, AO PROMULGAR A CARTA CIDADÃ: TEMOS ÓDIO E NOJO À DITADURA, DISSE ELE, COM A CONSTITUIÇÃO EM PUNHO.

É SURPREENDENTE, ENTÃO, QUE PASSADOS TRINTA ANOS DESSA DATA, TENHAMOS QUE AFIRMAR NOVAMENTE O REPÚDIO AO ARBITRIO E À INTERDIÇÃO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. REAFIRMAR QUE É LIVRE A MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO, O DIREITO DE REUNIÃO E DE ASSOCIAÇÃO, QUE É INVOLÁVEL A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA, QUE NINGUÉM SERÁ PRIVADO DE SEUS DIREITOS POR MOTIVO DE

CONVICÇÃO FILOSÓFICA E POLÍTICA; QUE É INVIÁVEL, NA ORDEM CONSTITUCIONAL, COGITAR-SE DE UM REGIME DE NEGAÇÃO TOTAL DE DIREITOS, COMO AQUELE INSTAURADO POR MEIO DO ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5 DE 1968.

É SURPREENDENTE QUE, APÓS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ, ESTEJAMOS LONGE DE CUMPRIR O COMPROMISSO DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS. AO CONTRÁRIO, A DESIGUALDADE, CONFORME AS ÚLTIMAS PESQUISAS DO IBGE, ATINGIU NÍVEIS EXTREMOS E ALARMENTES, COM METADE DA POPULAÇÃO VIVENDO COM POUCO MAIS DE 400 REAIS AO MÊS.

VALE DIZER, CAMINHAMOS EM SENTIDO OPOSTO AO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL PROPOSTO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

A REFORMA TRABALHISTA EM VIGOR DESDE 2017 E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA RECENTEMENTE APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL NÃO CONTRIBUEM NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SE INTENSIFICOU, SEM QUE HOUVESSE A PROMETIDA MELHORA DOS ÍNDICES DE EMPREGO, ESPECIALMENTE QUANTO AO TRABALHO FORMAL, O QUE TAMBÉM IMPACTA A HIGIEDEZ DO NOSSO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL, AGORA TÃO AFETADO PELAS ALTERAÇÕES QUE TORNAM MUITO MAIS DIFÍCIL A OBTENÇÃO DO DIREITO À APOSENTADORIA.

NESSE QUADRO DE REDUÇÃO DE DIREITOS PARA A MAIORIA DA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE A QUE VIVE DO SEU TRABALHO, EXSURGE AINDA MAIS EVIDENTE A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, DO DIREITO DO TRABALHO COM SEU CARÁTER PROTETIVO DO TRABALHO HUMANO, E DE UMA MAGISTRATURA QUE SEJA PERMEADA POR UMA SENSIBILIDADE SOCIAL CAPAZ DE COMPREENDER O SENTIDO DE SER JUIZ DO TRABALHO NUM PAÍS COMO O BRASIL.

RETROCEDEMOS, É VERDADE, MUITOS PASSOS NO CAMINHO EM DIREÇÃO AO NOSSO IDEAL DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA.

MAS A UTOPIA PERSISTE NO HORIZONTE E ELA EXISTE, REPETINDO GALEANO, PARA NOS FAZER CAMINHAR.

SE O CAMINHO SE TORNOU MAIS LONGO, ÁRDUO E ACIDENTADO, DESISTIR NÃO É OPÇÃO.

LUTAR É A ESCOLHA, USANDO AS ARMAS DA CORAGEM E DA SENSIBILIDADE SOCIAL, PARA ENFRENTAR AS ADVERSIDADES; SEJAMOS, NAS PALAVRAS DO PAPA FRANCISCO, VERDADEIROS POETAS SOCIAIS, JULGANDO COM A FERRAMENTA DOS DIREITOS SOCIAIS E RETOMANDO O PERCURSO EM DIREÇÃO A NOSSA UTOPIA, DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE NA QUAL O EXERCÍCIO PLENO DOS DIREITOS, NÃO SEJA DEFINIDO PELA COR DA NOSSA

PELE, PELO LUGAR DE NASCIMENTO, MORADIA, OU PELO VALOR DA CONTA BANCÁRIA, MAS GARANTIDO DE FORMA IGUALITÁRIA E EQUÂNIME A TODOS OS CIDADÃOS E CIDADÃS BRASILEIRAS, INDEPENDENTEMENTE DE COR, RAÇA, CLASSE SOCIAL, GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, CONVICÇÕES RELIGIOSAS , FILOSÓFICAS OU POLÍTICAS.

MUITO OBRIGADA.